



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SAFS - Quadra 06 - Lote 01 - Trecho III - CEP 70095-900 - Brasília - DF - www.stj.jus.br

MGSTJ - ATA DE REUNIÃO

1. INFORMAÇÕES GERAIS

Data	10/11/2023
Horário	Das 10h30 às 12h
Local	Sala de Videoconferências - 1º andar - Ed. Ministros I
Responsável pelo registro	Ana Cláudia de Almeida Abreu Faria (Coordenadora de Planejamento Estratégico)

Participantes

1. Carl Olav (Secretário-Geral da Presidência)
2. Maria Paula Cassone (Juíza Auxiliar da Presidência)
3. Cristina Petcov (Chefe de Gabinete da Presidência)
4. Vera Lúcia França (Chefe de Gabinete da Secretaria Executiva)
5. Rodrigo Chebli (Chefe de Gabinete da Secretaria-Geral da Presidência)
6. Luiz Otávio (Assessor da Secretaria Geral da Presidência)
7. Sueli Cristina (Chefe de Gabinete da Diretoria-Geral)
8. Wilmar Barros (Assessor-Chefe da Assessoria de Conformidade e Integridade Digital)
9. Luiz Fernando (Assessor-Chefe da Assessoria Jurídica)
10. Lener Taplion (Assessor-Chefe da Assessoria de Ética e Conduta)
11. Ketlin Feitosa (Assessora-Chefe da Assessoria de Gestão Sustentável)
12. Elaine Nóbrega (Assessora-Chefe da Assessoria de Gestão Estratégica)
13. Simone Pinheiro (Coordenadora da Comissão de Acessibilidade e Inclusão)
14. Josiane Cury (Secretária de Documentação)
15. Alessandra Teixeira (Secretária de Administração)
16. Solange Rossi (Secretária de Gestão de Pessoas)
17. Sartre Gonçalves Santos (Assistente da Secretaria de Serviços Integrados de Saúde)
18. Humberto Pradera (Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação)
19. Denisse Dias (Secretária de Polícia Judicial)
20. Fabiana Bittes (Secretária de Orçamento e Finanças)
21. Mariana Camargo (Diretora do Centro de Formação e Gestão Judiciária)
22. Juliana de Paula (Assessora-Chefe da Assessoria para Assuntos Funcionais de Magistrados)
23. Lúcia Helena Canfield (Assessora-Chefe da Assessoria de Cerimonial e Eventos)
24. Douglas Simões (Assessor-Chefe Substituto da Assessoria de Assuntos Parlamentares)
25. Karima Kassab (Assessora-Chefe da Assessoria de Assuntos Internacionais)
26. Daniel Castro (Assessor-Chefe da Assessoria de Inteligência Artificial)
27. Marcelo Ornellas (Assessor-Chefe do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas)
28. Francisco Assul (Secretário de Comunicação Social – Substituto)
29. Antonio Augusto Gentil (Secretário Judiciário)
30. Rubens Cesar (Secretário de Processamento de Feitos)
31. Barbara Brito (Secretária de Jurisprudência)
32. Germara de Fatima Dantas Vilela (Secretária de Jurisprudência Substituta)
33. Vânia Maria (Assessora-Chefe da Assessoria de Apoio a Julgamento Colegiado)
34. Tiago Irber (Assessor-Chefe Substituto da Assessoria de Admissibilidade, Recursos Repetitivos e Relevância)
35. Diocesio Sant'Anna da Silva (Secretário de Auditoria Interna - Substituto)
36. Valéria Ferraz (Ouvidora Auxiliar)

2. OBJETIVOS DA REUNIÃO

Deliberar sobre a situação do Plano Estratégico STJ 2021-2026 no segundo quadrimestre de 2023.

3. PENDÊNCIAS DE REUNIÕES ANTERIORES

Situação das pendências registradas nas RAE n. 7, realizada em 7/6/2023, conforme Processo SEI/STJ n. 001628/2020.

Ação	Responsável	Situação
1. Alterar a meta do EJA de 45 para 50 beneficiados.	AGS/CPES	Realizado
2. Manter ativos os projetos da Ouvidoria, com retomada em agosto de 2023.	OUV/CPES	Realizado
3. Lotar um servidor na Ouvidoria.	SGP	Realizado

Ação	Responsável	Situação
4. Retirar o indicador “Recorribilidade interna” do Plano STJ 2021-2026.	CPES	Realizado
5. Alterar a meta do indicador “Cursos com instrutoria interna” de 60 para 45%.	CEFOR/CPES	Realizado
6. Alterar a meta de “Saúde preventiva” de 1460 p/ 4140 pessoas atendidas ao ano.	SIS/CPES	Realizado
7. Manter a meta de “Execução do PCAq” em 50%.	SAD/ CPES	Realizado
8. Alterar a meta de “Satisfação dos usuários de TIC”, de 80 para 90%.	STI/CPES	Realizado
9. Estudar a possibilidade de campanha de doação de sangue em parceria com o Hemocentro.	SIS	Realizado

4. ATA DA REUNIÃO

4.1. Abertura da reunião/Sensibilização para a gestão estratégica

Dra. Alessandra (ST) abriu a reunião e deu as boas-vindas a todos os presentes. Passou a palavra para a Dra. Elaine (AGE), que por sua vez explicou que o foco principal do encontro era a apresentação e deliberação sobre os resultados do Plano Estratégico do STJ no segundo quadrimestre de 2023.

Na sequência, a Dra. Elaine comentou que todas as ações definidas na reunião anterior haviam sido realizadas conforme o previsto.

Falou sobre a criação do Comitê de Governança da Estratégia, criado pela IN STJ/GDG n. 22 de 11 de setembro de 2022, e explicou que sua composição era exatamente a dos gestores presentes na reunião, sendo que a AUD presta apoio consultivo a este comitê, que se reúne quadrimestralmente, conforme orientação do CNJ.

4.2. Movimentação processual no período

A Dra. Elaine apresentou o panorama geral da movimentação processual no STJ, com dados do dia anterior, 9/11/2023, de acordo com os dados constantes dos [slides da reunião](#), e comentou que o volume de processos recebidos está muito acima do usual, o que tem gerado preocupação.

Apresentou ainda o novo painel STJ On-line, que atualiza dados de processos em tramitação a cada 60 minutos, auxiliando na gestão do acervo.

4.3. Situação geral do Plano STJ 2021-2026

Em seguida, a Dra. Elaine mostrou o resultado geral do mapa estratégico, que melhorou de 94,06% para 94,22%, desde o quadrimestre anterior, e disse que o objetivo de “priorizar o julgamento de processos de corrupção e improbidade administrativa” continua sendo o único em situação crítica, conforme observado também no primeiro quadrimestre do ano. Passou então a comentar os resultados por objetivo estratégico, com seus indicadores e iniciativas.

4.4. Situação dos objetivos, indicadores e iniciativas estratégicas

SOCIEDADE

No que se refere ao objetivo “**Fortalecer a imagem e a transparência institucional**”, a Dra. Elaine citou as dificuldades enfrentadas em relação ao indicador “**Transparência institucional**”, que apesar do resultado aceitável, impactou significativamente no *ranking* da transparência do STJ, dado monitorado pelo CNJ anualmente. A Dra. Alessandra explicou que alguns *links* enviados estavam desatualizados, com defasagem de dois anos, e por esse motivo perdemos muitos pontos na referida avaliação, impactando inclusive no Prêmio CNJ de Qualidade. Isto posto, solicitou atenção aos presentes para que haja um maior controle e ponto de conferência de todos os *links*, no próximo levantamento daquele Conselho. Sobre o indicador “**Imagem do STJ**”, não mensurado no período, Dra. Elaine explicou que os dados de 2023 estão sendo utilizados como linha de base, para definição de metas a partir de 2024.

Com relação às iniciativas, Dra. Elaine comentou que ainda estão impactadas pelo reduzido quadro de

servidores da Ouvidoria e, por isso, o projeto “Linguagem cidadã” estava atrasado e o “Experiência do usuário nos portais da transparência e de dados abertos” seria cancelado, mas com expectativa de ser reapresentado após a conclusão do projeto de “Pesquisa de satisfação 5.0”. Passou a palavra para a Dra. Valéria (OUV) que falou sobre a retomada das ações estratégicas, visto que duas novas servidoras haviam sido lotadas na unidade recentemente, inclusive uma delas com experiência em pesquisa de satisfação, o que auxiliaria bastante. A Dra. Solange (SGP) trouxe a notícia de que outro servidor recém-empossado seria lotado na Ouvidoria a partir de segunda-feira, 13/11/2023.

Em relação ao objetivo “**Promover a cidadania**”, a Dra. Elaine comentou sobre a situação favorável dos dois indicadores vinculados e passou para as iniciativas. Sobre o projeto “Linguagem cidadã no STJ”, que está em situação aceitável, explicou que os atrasos também estavam relacionados ao reduzido quadro de servidores da Ouvidoria, questão que tende a se regularizar nos próximos dias. Quanto ao projeto “Marcação de políticas públicas e prioridades legais”, Dr. Augusto (SJD) explicou que está em estágio bastante avançado, com as prioridades exigidas por lei estratificadas e com interface que poderá ser acessada pelos gabinetes, visando facilitar a gestão dos processos vinculados. Completou dizendo que haverá um evento para o lançamento do projeto, com o patrocínio da Ministra Nancy Andrighi. A Dra. Simone (ACIN) acrescentou que foi um trabalho conjunto entre STI, SJD e ACIN, que juntas conseguiram implementar a marcação das prioridades no sistema justiça.

PROCESSOS INTERNOS

Em relação ao objetivo “**Buscar agilidade e produtividade na prestação jurisdicional**”, a Dra. Elaine explicou que apresenta a maior parte dos indicadores vinculados à área-fim do Tribunal e que temos mantido o percentual de atendimento das metas no mesmo patamar de períodos anteriores.

Comentou que, com o apoio da Dra. Maria Paula, Juíza Auxiliar da Presidência, temos conseguido evoluir bastante no cumprimento das metas nacionais. Citou as metas com expectativa de cumprimento, em especial a meta 11, sobre subtração internacional de crianças e adolescentes, que é significativa para o Tribunal da Cidadania. Também falou sobre as metas mais desafiadoras em 2023 e citou a inclusão da meta 8, sobre violência contra a mulher, que deve ser monitorada pelo STJ a partir de 2024, a pedido da Ministra Presidente. Dra. Maria Paula, por sua vez, agradeceu o empenho da Ministra Presidente em relação às metas nacionais, pois ela tem falado pessoalmente com os demais ministros, para mostrar os painéis de BI que, com o auxílio da IA, têm auxiliado na gestão do acervo pelos gabinetes. Dra. Elaine apresentou em linhas gerais o projeto “Alinhamento estratégico nos gabinetes de ministros”, ressaltou alguns dos resultados já colhidos e mostrou brevemente o painel de BI afim, reforçando que o *feedback* dos 12 gabinetes visitados, mais vice-presidência e presidência, foi de acolhimento da ferramenta disponibilizada.

Ainda sobre este objetivo, Dra. Elaine apresentou os novos indicadores propostos em atendimento a sugestões dos gabinetes (Proporção de processos antigos e Idade média do acervo), que foram acatados por unanimidade. Também foi aprovada a inclusão das Metas 8 e 11 no escopo do Plano Estratégico STJ 2021-2026. O Dr. Marcelo (NUGEPNAC) perguntou se seria viável fazer um indicador por seção de julgamento, pois os números divergem muito. Dra. Elaine respondeu que o indicador estratégico seria geral, mas que as metas diferenciadas podem ir para os painéis dos gabinetes, no escopo do projeto de Alinhamento.

Quanto às iniciativas vinculadas a este objetivo, Dra. Elaine explicou que o projeto “Base de óbitos em processos judiciais” aguarda um parecer do encarregado de dados pessoais do STJ para que possa haver transferência de dados entre ARPEN e STJ. Dra. Maria Paula complementou dizendo que a situação está sendo acompanhada pelo DG, que solicitou parecer à ACD para verificar a possibilidade de fazer essa carga à ARPEN, considerando os dados pessoais. Disse que a expectativa é de que a aplicação fará um alerta em tempo real, sendo possível a implementação rapidamente na 3ª Seção.

Dra. Elaine ressaltou que os resultados dos indicadores e iniciativas relacionados aos objetivos “**Prevenir litígios**” e “**Consolidar o sistema de precedentes qualificados**” ficaram, todos, em situação ótima.

Especificamente sobre o objetivo “**Priorizar o julgamento de processos de corrupção e improbidade administrativa**”, Dra. Elaine explicou que o indicador afim (Meta 4) continua em situação crítica, mas que não há nenhum projeto formal a ele atrelado. Entretanto, continuou, as ações do projeto “Alinhamento nos gabinetes de ministros” devem gerar impactos cada vez mais positivos, e mostrou slide com alguns números positivos de produtividade já aferidos até o momento, após as visitas aos gabinetes.

Relativamente ao objetivo “**Aprimorar a Governança Institucional**”, Dra. Elaine apresentou rapidamente os percentuais de cumprimento dos indicadores, que estão em ótima situação, e ratificou a atualização do resultado no percentual do indicador Atendimento às recomendações, que subiu de 28,57% para 33,33%, no primeiro quadrimestre, em função de um ajuste entre AUD e STJ. Apresentou ainda a proposta de novo indicador estratégico, Compliance no STJ, com meta de 100% em relação às normas definidas para o ciclo de compliance, com previsão de desdobramento para as unidades. O Dr. Wilmar (ACD) acrescentou que o Comitê de Governança de Compliance e Integridade posicionou-se favorável à adoção do referido indicador, que está voltado aos princípios da legalidade. Colocada em votação, a proposta foi aceita por unanimidade.

As iniciativas de governança em atraso, comentou a Dra. Elaine, estão vinculadas ao Programa Colmeia, as quais foram agrupadas, pois juntas trazem mais informações gerenciais do que isoladamente, e explicou brevemente a situação de cada uma delas, conforme registrado nos slides.

Para finalizar o tema “governança”, a Dra. Elaine apresentou o sistema Acrópole, disponível na intranet neste [link](#), informando que foi criado com o intuito de mostrar a estrutura dos colegiados do Tribunal, trabalho que possibilitou a revogação de aproximadamente 400 normativos defasados no STJ. Em seguida, mostrou o novo módulo do sistema, destinado às atividades de gestão dos colegiados, que será lançado em breve, e possibilitará o agendamento de reuniões e o acompanhamento das ações pendentes, sendo integrado ao Outlook, ao Teams e ao SEI, além de permitir a criação de indicadores, completou.

PESSOAS E RECURSOS

Com relação ao objetivo “**Valorizar as pessoas**”, a Dra. Elaine apresentou a situação dos indicadores e ressaltou que o indicador Adesão às ações de educação corporativa computará cursos externos a partir de 2024. Sobre o indicador Ocorrências de segurança, explicou que a fórmula foi alterada para contar somente ocorrências em que o autor seja colaborador do STJ. A Dra. Denisse (SPJ) explicou que, de 14 acidentes de trânsito computados, apenas 2 ou 3 foram por responsabilidade dos motoristas do STJ, motivo que levou à mudança na forma de medir o indicador. Disse ainda que foram excluídos os danos ao patrimônio do cálculo, pois estavam sendo contados duas vezes.

A situação ótima das iniciativas vinculadas ao objetivo foi ressaltada pela Dra. Elaine. Em resposta ao Dr. Rubens (SPF), o Dr. Sartre (SIS) explicou que o projeto Pró-Ser 2041 foi criado visando reduzir os custos futuros com o programa, em até 30%.

Passando para o objetivo “**Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira**”, a Dra. Elaine destacou a melhoria no desempenho do indicador Execução orçamentária do STJ em relação a anos anteriores. A Dra. Fabiana (SOF) comentou que final de ano é sempre “puxado”, mas que dentro das despesas continuadas não costuma haver surpresas. O impacto maior é em relação às despesas discricionárias, especialmente o PCAq. Complementou dizendo que haverá uma sobra do orçamento este ano, da ordem aproximada de 100 milhões de reais. A Dra. Alessandra comentou que após os ajustes necessários com a mudança na lei de licitações e contratações, será possível avançar na meta do indicador Execução do PCAq, de 60% em 2023 para 80% em 2024, o que não foi contestado, sendo dessa forma aprovado pelos participantes. Explicou ainda que as contratações do fim do exercício são as mais complexas e que, excepcionalmente, teremos que fazer inscrição de valores altos em restos a pagar.

Dra. Elaine salientou a situação crítica do indicador Aderência às metas do PLS e explicou sobre a necessidade de aplicação do índice de inflação no item telefonia móvel, o que foi ratificado na reunião. A Dra. Ketlin (AGS) pediu a palavra e falou sobre a proposta de um selo de sustentabilidade para os gabinetes, para estimular a redução de consumo de papel, água mineral envasada e uso de impressoras, com adoção de metas e cotas específicas, pois nas demais unidades do Tribunal todo o excesso já foi tratado. Citou, por exemplo, que há gabinetes com aumento de consumo de água envazada de 90% entre os meses de setembro e outubro. Disse que a inclusão desses medidores no painel de alinhamento dos gabinetes pode auxiliar bastante. Dra. Maria Paula acrescentou que estão mapeando os 10 gabinetes com maior consumo para ações pontuais e relatou que foram feitas visitas recentes a outros tribunais, para avaliação de boas práticas em relação ao consumo. Dra. Mariana (CEFOP) completou informando sobre as trilhas de aprendizagem e a força que o LIODS está ganhando, sendo que um dos temas abordados foi justamente o consumo de água e energia elétrica. Dra. Ketlin finalizou dizendo que muitas pessoas no Tribunal não acessam a intranet e não tomam conhecimento das informações divulgadas, que é necessário melhorar isso, pois todas precisam conhecer, participar e auxiliar.

Dr. Rubens perguntou sobre o ganho com a energia solar e a Dra. Ketlin respondeu que compensa em

termos de consumo, mas não em termos de custos. Disse que está interagindo com o CNJ para procurar fazer essa compensação. Sugeriu uma visita guiada da alta administração à usina solar. Dr. Rubens questionou então sobre a possibilidade de estudo de setorização do ar-condicionado. Dra. Alessandra explicou que para a adoção de uma solução dessas é necessário considerar uma série de itens técnicos, que é uma questão estruturante e onerosa e, portanto, esse não seria o momento. Por esse motivo, continuou, a opção é pela usina solar, que ainda está no início, mas a expectativa é de redução de um milhão de reais por ano.

No objetivo “**Intensificar o uso de tecnologias da informação**”, foi explicado que o indicador está em ótima situação, mas há várias iniciativas que merecem atenção. Sobre o projeto iSGP, especificamente, a Dra. Elaine comentou da decisão dos gestores pelo cancelamento do projeto, devido à ausência de fornecedor. Dra. Solange acrescentou que se tratava de um projeto antigo, visto que o sistema atual já não atende mais a demanda, sendo necessários vários sistemas paralelos e até mesmo ações manuais dentro da gestão de pessoas. Não há empresas interessadas na licitação. Explicou que a consulta pública realizada só teve participação de um fornecedor. Comentou ainda que visitaram o STF e gostaram da ferramenta utilizada naquele Tribunal, mas que a empresa contratada não tem como abarcar novos órgãos por falta de equipe dedicada. Diante desses fatores, optou-se por uma solução de contratação de desenvolvedores para montar o sistema no próprio STJ.

4.5. Alinhamento estratégico

Dra. Elaine (AGE) mostrou o novo painel BI com o resumo quadrimestral do Alinhamento estratégico, onde é possível verificar as principais informações e resultados obtidos no período.

4.6. Outros assuntos

Foi apresentado o cartaz de divulgação do evento “O Tribunal é você quem faz”, em comemoração aos 25 anos de planejamento estratégico no STJ e a Dra. Maria Paula reforçou o convite para participação de todos os gestores presentes e de suas equipes na Semana da Estratégia. Dra Elaine aproveitou para apresentar os nomes dos cenários desenhados para os próximos 10 anos no Tribunal e instigou os presentes a participarem da palestra, para conhecerem um pouco mais sobre o tema.

Sobre o Prêmio CNJ de Qualidade, Dra. Elaine comentou que recebemos o Selo Ouro neste ano e ressaltou a melhora aferida no eixo de dados e tecnologia. Mais uma vez alertou a todos sobre a necessidade de atenção com a transparência. Dra. Maria Paula agradeceu o esforço de todos na tecnologia. Disse que somos muito transparentes e até mesmo referência para outros tribunais, mas que este ano elevaram o critério, o que somado ao *gap* nas informações defasadas de alguns *links*, nos prejudicaram. Porém, afirmou, vamos melhorar para o próximo exercício.

Dr. Augusto falou sobre a movimentação processual, onde superamos a marca de 409 mil processos, 50 mil a mais do que no período anterior. Considerando a média atual de crescimento, podemos chegar a mais de 500 mil processos protocolados, o que configura um risco institucional, já que o Tribunal não tem condições de dar conta dessa demanda, em especial a SJD. Alertou sobre a necessidade de levar essa preocupação à alta administração, sendo preciso avançar no cenário legislativo, completou. Dr. Carl (GSP) explicou que há uma esperança de que o CODEX, em parceria com o CNJ, auxilie de forma diferenciada na gestão do acervo, processando causas na origem, sem que os processos precisem chegar aqui e impactar o Tribunal. Tal ação pode evitar horas extras e aumento da força de trabalho. É preciso racionalizar os processos, temos conhecimento da qualidade dos nossos profissionais, mas precisamos achar alternativas, complementou. Disse ainda que a Ministra Presidente está empenhada no avanço da questão da relevância e que a Administração está atenta a esse contexto.

O Dr. Francisco (SCO) lembrou a todos sobre as ações em andamento voltadas à comemoração dos 35 anos do Tribunal. Dra. Ketlin (AGS) acrescentou que alguns itens serão comercializados no Espaço do Advogado, como copos, agendas e sacolinhas, e que, para tanto, o “Pague Tesouro” tem que ficar pronto até dezembro, solicitando apoio de unidades parceiras, como a STI.

Dra. Alessandra agradeceu à AGE e todos os presentes, reforçou o convite para o evento do dia 21 de novembro, às 14h no auditório externo, e declarou encerrada a reunião.

5. DECISÕES

Ação	Responsável	Prazo
1. Maior atenção e controle antes do envio de links para o ranking da transparência, levantamento anual feito pelo CNJ.	Todas as unidades	2024
2. Incluir no Plano Estratégico STJ 2021-2026 os seguintes novos indicadores: Proporção de processos antigos; Idade média do acervo; Metas nacionais 8 e 11; Compliance no STJ.	AGE	2024
3. Definir metas diferenciadas para os gabinetes, em relação aos novos indicadores, especialmente em relação à 3ª Seção.	AGE	2024
4. Alterar a forma de cálculo do indicador Adesão às ações de educação corporativa, para computar cursos externos a partir de 2024.	AGE/CEFOR	2024
5. Alterar a forma de cálculo do indicador Ocorrências de segurança, para contar somente ocorrências em que o autor seja colaborador do STJ.	AGE/SPJ	2024
6. Alterar a meta do indicador execução do PCAq, de 60% em 2023 para 80% em 2024.	AGE/SAD	Dez/2023
7. Ratificada a decisão de cancelamento do projeto iSGP.	AGE/SGP	Dez/2023
8. Ratificada a necessidade de aplicação do índice de inflação no item telefonia móvel, no indicador do PLS.	AGE/AGS	Dez/2023
9. Convite para participação no evento de 25 anos do planejamento estratégico do STJ, no dia 21/11/23.	Todas as unidades	Nov/2023
10. Convite para acompanhamento das ações de comemoração dos 35 anos do STJ.	Todas as unidades	2024



Documento assinado eletronicamente por **Ana Cláudia de Almeida Abreu Faria, Coordenador de Planejamento Estratégico**, em 22/11/2023, às 16:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Alessandra Cristina de Jesus Teixeira, Secretário de Administração**, em 22/11/2023, às 17:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Elaine Nóbrega Borges, Assessor-Chefe**, em 22/11/2023, às 17:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Valéria Ferraz Guimarães, Ouvidor Auxiliar**, em 22/11/2023, às 18:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Sartre Gonçalves Santos, Assistente IV**, em 22/11/2023, às 18:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Fabiana Bittes Veyl, Secretário de Orçamento e Finanças**, em 22/11/2023, às 18:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Douglas Simões de Araújo, Assessor-Chefe**, em 23/11/2023, às 09:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Lener Taplion Silva Azevedo, Assessor-Chefe**, em 23/11/2023, às 10:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Barbara Brito de Almeida, Secretário de Jurisprudência**, em 23/11/2023, às 11:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Wilmar Barros de Castro, Assessor-Chefe**, em 23/11/2023, às 12:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Vasconcellos Chebli, Chefe de Gabinete**, em 23/11/2023, às 14:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Paula Cassone Rossi, Juiz Auxiliar no STJ**, em 23/11/2023, às 14:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Karima Batista Kassab Coelho, Assessor-Chefe**, em 23/11/2023, às 15:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Tiago Irber, Assessor-Chefe - Em Substituição**, em 24/11/2023, às 09:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Rubens Cesar Gonçalves Rios, Secretário de Processamento de Feitos**, em 24/11/2023, às 10:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Vera Lúcia França da Silva Colombelli, Chefe de Gabinete**, em 24/11/2023, às 13:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Otávio Borges de Moura, Assessor "A"**, em 27/11/2023, às 16:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Camargo Rocha, Diretor do Centro de Formação e Gestão Judiciária**, em 27/11/2023, às 18:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Sueli Cristina Moreira de Jesus, Chefe de Gabinete**, em 28/11/2023, às 15:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ketlin Feitosa de Albuquerque Lima Scartezini, Assessor-Chefe**, em 30/11/2023, às 18:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Ornellas Marchiori, Assessor-Chefe**, em 04/12/2023, às 15:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Humberto Fontoura Pradera, Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação**, em 04/12/2023, às 16:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Fernando do Amaral Freitas, Assessor-Chefe**, em 07/12/2023, às 15:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Francisco Assul de Souza Junior, Secretário de Comunicação Social - Em Substituição**, em 07/12/2023, às 15:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Vânia Maria Soares Rocha, Assessor-Chefe**, em 07/12/2023, às 16:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Solange da Costa Rossi, Secretário de Gestão de Pessoas**, em 07/12/2023, às 17:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Simone Pinheiro Machado de Souza, Coordenador de Acessibilidade e Inclusão**, em 07/12/2023, às 17:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Josiane Cury Nasser Loureiro, Secretário de Documentação**, em 12/12/2023, às 13:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Carl Olav Smith, Secretário-Geral da Presidência**, em 13/12/2023, às 18:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Diocésio Sant'Anna da Silva, Secretário de Auditoria Interna - Em Substituição**, em 18/12/2023, às 14:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Lúcia Helena Canfield Pereira, Assessor-Chefe**, em 18/12/2023, às 14:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Germara de Fatima Dantas Vilela, Secretário de Jurisprudência - Em Substituição**, em 18/12/2023, às 14:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Augusto Gentil Santos de Souza, Secretário Judiciário**, em 18/12/2023, às 15:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Castro Machado Miranda, Assessor-Chefe**, em 18/12/2023, às 16:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Denisse Dias Rosas Ribeiro, Secretário de Polícia Judicial**, em 19/12/2023, às 11:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.stj.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3827563** e o código CRC **5DA1CD74**.

021179/2023

3827563v3